



Jornal Oficial do Município de Tamarana

Tamarana, 19 de fevereiro de 2018

Edição 977 - Ano XIII - Semanal

ANEXOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 PEDIDO Nº 003/2018

Encontra-se aberto na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Tamarana, o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2018, Pedido nº 003/2018, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos em geral e, especialidades com equipe multidisciplinar, disponibilizando a mão-de-obra especializada na área da saúde, para atender as demandas do Hospital Municipal São Francisco, proporcionando aos munícipes de Tamarana e, usuários do Sistema Único de Saúde o atendimento a saúde garantido pela Constituição Federal, conforme C.I nº 299/2018 e Termo de Referência da Autarquia Municipal de Saúde e C.I nº 084/2018 e, da Secretaria de Administração.

Horário, data e local para entrega dos envelopes: Até às 14h00 horas, do dia 02/03/2018, na Rua Isaltino José Silvestre, 643, Tamarana/PR, CEP: 86.125-000, no setor de Protocolo.

O Edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura ou no SITE www.tamarana.pr.gov.br.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima.

Tamarana - PR, 19 de Fevereiro de 2018.

Roberto da Silva
Secretário de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018 PEDIDO Nº 005/2018

Encontra-se aberto na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Tamarana, o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2018, Pedido nº 005/2018, TIPO MENOR PREÇO UNITARIO.

Objeto: Objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e parcelada aquisição de prestação de serviços de conserto e montagem de pneus em veículos leves, veículos pesados e maquinas da Secretaria de Obras, Secretaria de Administração e Secretaria de Agricultura do Município, para o período de 12 (doze) meses, para o período de 12 (doze) meses, conforme C.I. Nº 034/2018 da Secretaria de Administração, C.I. Nº 015/2018 e Termo de Referência da Secretaria de Obras.

Horário, data e local para entrega dos envelopes: Até às 09:00 horas, do dia 12/03/2018, na Rua Isaltino José Silvestre, 643, Tamarana/PR, CEP: 86.125-000, no setor de Protocolo.

O Edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura ou no SITE www.tamarana.pr.gov.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima.

Tamarana - PR, 19 de Fevereiro de 2018.

Roberto da Silva
Secretário de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 PEDIDO Nº 010/2018

Encontra-se aberto na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Tamarana, o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2018, Pedido nº 010/2018, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE.

Objeto: O objeto do presente Edital consiste na contratação de empresa especializada em Execução de ações técnicas, educativas e de controle no sentido de recuperar e manter a capacidade produtiva dos recursos naturais na Microbacia MOREIRAS 1, como combate a erosão do solo agrícola, objetivando dar continuidade ao Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias. Desenvolvimento de Ações para sustentabilidade ambiental e do sistema produtivo na Microbacia MOREIRAS 1, através da adoção de práticas sustentáveis que promovam a conservação de solos, da água e do meio ambiente, minimizando os impactos ambientais, conforme C.I. Nº 052/2018 da Secretaria de Administração,

C.I. Nº 017/2018 e Termo de Referência da Secretaria de Agricultura.

Horário data e local para entrega dos envelopes: Até às 14h00, do dia 12/03/2018, na Rua Izaltino José Silvestre, 643, Tamarana/Pr, CEP: 86.125-000, no setor de Protocolo.

O Edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados no Portal da Transparência da Prefeitura ou no SITE www.tamarana.pr.gov.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima.

Tamarana, 19 de Fevereiro de 2018.

Roberto da Silva
Secretário de Administração

AVISO DE EDITAL DE PRORROGAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMARANA, Estado do Paraná, torna público para que chegue ao conhecimento dos interessados a PRORROGAÇÃO da data de apresentação dos envelopes de propostas e documentação referente ao Pregão n.º 003/2018, cujo objeto é o fornecimento de materiais hospitalares, saneantes, cosméticos e equipamentos para utilização em toda rede de saúde deste Município, do dia 19/02/2018 para o dia 27/02/2018, no mesmo local constante do Edital original.

Tamarana, 14 de Fevereiro de 2018.

ROBERTO DIAS SIENA
PREFEITO MUNICIPAL

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.613.167/0001-90

CONCURSO PÚBLICO 001/2017
EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMARANA** torna público aos interessados o Edital de Gabarito Preliminar da Prova Objetiva do Concurso Público 001/2017.

Art. 1º Consta no anexo único deste Edital o Gabarito Preliminar da Prova Objetiva.

Art. 2º Os candidatos poderão acessar o Caderno de Questões no site www.institutounifil.com.br, Concursos em Andamento, página específica do Concurso da Prefeitura Municipal de Tamarana, *link* Área Restrita do Candidato, por período determinado.

Art. 3º Haverá prazo recursal no período de 20 a 22 de fevereiro de 2018 para protocolar o questionamento. Os candidatos deverão acessar o site www.institutounifil.com.br, Concursos em Andamento, página específica do Concurso da Prefeitura Municipal de Tamarana, *link* Área Restrita do Candidato, Recurso Contra Gabarito Preliminar.

Art. 4º Só serão analisados os recursos com identificação da questão, ou seja, o candidato deverá especificar o número da questão, digitar o texto com seus argumentos, expor os fundamentos teóricos, e enviar. Se necessário, após enviar o texto, poderá anexar conteúdo em arquivos salvos em formato pdf.

Art. 5º As respostas dos recursos serão disponibilizadas no dia 06 de março de 2018, conforme cronograma do Concurso constante no Edital de Abertura.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Tamarana, 19 de fevereiro de 2018.

ROBERTO DIAS SIENA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TAMARANA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.613.167/0001-90

ANEXO ÚNICO

Procurador Jurídico			
1	D	16	D
2	B	17	C
3	C	18	A
4	B	19	C
5	A	20	C
6	D	21	B
7	A	22	D
8	C	23	A
9	B	24	C
10	D	25	D
11	D	26	B
12	C	27	C
13	B	28	A
14	A	29	D
15	A	30	B

CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

PERÍODO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO 001/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL TAMARANA-PR

Atenção: Leia todas as instruções constante no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.

Seu caderno deve conter 30 (trinta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	1 a 5
Informática Básica	6 a 10
Conhecimentos Gerais	11 a 15
Conhecimentos Específicos	16 a 30
Prática Processual	

1. A Prova terá duração de 4h (quatro horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas e elaboração da Peça Prática Processual.
2. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente após 30min (trinta minutos) do início da prova.
3. Para uso do sanitário, deverá solicitar ao Fiscal de Sala e só deverá se levantar após autorização.
4. Ao deixar o local definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões nos 30min restantes.
5. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, e quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares conforme constante no edital de abertura.
6. Sobre sua carteira, deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
7. Você poderá utilizar seu Caderno de Provas para rascunho.
8. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas Definitiva, confira seus dados, em caso de erro chame o fiscal, após conferir assinie no campo destinado. Em hipótese alguma ela será substituída caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esse será o único documento válido para correção.
9. Caso algum equipamento eletrônico emita som, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
10. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta, verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
11. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas.
12. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois, ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
13. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
14. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitas em voz alta ao fiscal.
15. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
16. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.



-----DESTAQUE AQUI-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30



Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões 01 a 05.

Bilhete a um candidato – Crônica de Rubem Braga

“Olhe aqui, Rubem. Para ser eleito vereador, eu preciso de três mil votos. Só lá no Jockey, entre tratadores, jóqueis, empregados e sócios eu tenho, no mínimo mesmo, trezentos votos certos; vamos botar mais cem na Hípica, bem, quatrocentos. Pessoal de meu clube, o Botafogo, calculando com o máximo de pessimismo, seiscentos. Ai já estão mil.

“Entre colegas de turma e de repartição contei, seguros, duzentos; vamos dizer, cem. Naquela fábrica da Gávea, você sabe, eu estou com tudo na mão, porque tenho apoio por baixo e por cima, inclusive dos comunas; pelo menos oitocentos votos certos, mas vamos dizer, quatrocentos. Já são mil e quinhentos.

“Em Vila Isabel minha sogra é uma potência, porque essas coisas de igreja e caridade tudo lá é com ela. Quer saber de uma coisa? Só na Vila eu já tenho a eleição garantida, mas vamos botar: quinhentos. Ai já estão, contando miseravelmente, mas mi-se-ra-vel-men-te, dois mil. Agora você calcule: Tuizinho no Méier, sabe que ele é médico dos pobres, é um sujeito que se quisesse entrar na política acabava senador só com o voto da zona norte; e é todo meu, batata, cem por cento, vai me dar pelo menos mil votos. Você veja, poxa, eu estou eleito sem contar mais nada, sem falar no pessoal do cais do porto, nem postalistas, nem professoras primárias, que só ai, só de professoras, vai ser um xuí, você sabe que minha mãe e minha tia são diretoras de grupo...”

“E o Centro Filatelista? Sabe quantos filatelistas tem só no Rio de Janeiro? Mais de quatro mil! E nesse setor não tem graça, o papai aqui está sozinho! É como diz o Gonçalves: sou o candidato do olho-de-boi!

“E fora disso, quanta coisa! Diretor de centro espírita, tenho dois. E o eleitorado independente? E não falei do meu bairro, poxa, não falei de Copacabana, você precisa ver como é lá em casa, ... E a turma da Equitativa? O Fernandão garante que só lá tenho pelo menos trezentos votos. E o Resseguro, e o reduto do Goulart em Maria da Graça, o pessoal do fórum... Olhe, meu filho, estou convencido de que fiz uma grande besteira: eu devia ter saído era para deputado!”

Passei uma semana sem ver meu amigo candidato; no dia 30 de setembro, três dias antes das eleições, esbarrei com ele na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, todo vibrante, cercado de amigos; deu-me um abraço formidável e me apresentou ao pessoal: “este aqui é meu, de cabresto!”

Atulhou-me de cédulas.

Meu caro candidato:

Você deve ter notado que na 122ª seção da quinta zona, onde votei, você não teve nenhum voto. Palavra de honra que eu ia votar em você; levei uma cédula no bolso. Mas você estava tão garantido que preferi ajudar outro amigo com meu votinho. Foi o diabo. Tenho a impressão de que os outros eleitores pensaram a mesma coisa, e nessa marcha da apuração, se você chegar a trezentos votos ainda pode se consolar, que muitos outros terão muito menos do que isso. Aliás, quem também estava lá e votou logo depois de mim foi o Gonçalves dos selos.

Sabe uma coisa? Acho que esse negócio de voto secreto no fundo é uma indecência, só serve para ensinar o eleitor a mentir: a eleição é uma grande farsa, pois se o cidadão não pode assumir a responsabilidade de seu próprio voto, de sua opinião pessoal, que porcaria de República é esta?

Vou lhe dizer uma coisa com toda franqueza: foi melhor assim. Melhor para você. Essa nossa Câmara Municipal não era mesmo lugar para um sujeito decente como você. É superdesmoralizada. Pense um pouco e me dará razão. Seu, de cabresto, o Rubem.

Disponível em: <http://contobrasileiro.com.br/bilhete-a-um-candidato-chronica-de-rubem-braga/>

1. Analise as proposições abaixo sobre elementos linguísticos do texto e assinale a alternativa correta.

“Para ser eleito vereador, eu preciso de três mil votos. Só lá no Jockey, entre tratadores, jóqueis, empregados e sócios eu tenho, no mínimo mesmo, trezentos votos certos; vamos botar mais cem na Hípica, bem, quatrocentos.”

I. As vírgulas que isolam o trecho “no mínimo mesmo” foram usadas para isolar uma expressão explicativa.

II. Ao empregar o verbo no presente – tenho – o autor fez uso de presente metafórico.

III. Em “... vamos botar mais cem na Hípica...”, o termo destacado poderia ser substituído por contar, sem prejuízo para o entendimento do texto.

IV. O termo “de três mil votos” deve ser analisado sintaticamente como complemento verbal, ou seja, objeto indireto.

- a) Apenas I está correta.
b) Apenas II está correta.
c) Apenas II e III estão corretas.
d) Todas estão corretas.

2. Observe, no trecho abaixo, os termos destacados, analise as proposições e assinale a alternativa correta.

“Tenho a impressão de que os outros eleitores pensaram a mesma coisa, e nessa marcha da apuração, se você chegar a trezentos votos ainda pode se consolar, que muitos outros terão muito menos do que isso.”

I. O vocábulo que introduz uma oração adjetiva.

II. O vocábulo se introduz uma ideia condicional.

III. Os dois termos destacados são conjunções coordenativas.

IV. O vocábulo que, na linguagem culta, sempre deve ser substituído por o qual.

- a) Apenas I está correta.
b) Apenas II está correta.
c) Apenas II e III estão corretas.
d) Todas estão corretas.



3. Observe o trecho abaixo, analise as proposições que seguem e assinale a alternativa correta sobre o termo destacado.

“... se você chegar a trezentos votos ainda pode se consolar, que muitos outros terão muito menos do que isso.”

- I. O termo destacado, isso, foi usado para anunciar um termo que ainda vai ser mencionado no texto-anafórico.
- II. O termo destacado, isso, é um pronome demonstrativo e foi empregado como elemento de retomada- anafórico.
- III. O termo destacado, isso, é um pronome demonstrativo e foi empregado como elemento anafórico, fazendo referência ao número de votos mencionado anteriormente.
- IV. O termo destacado, isso, é um pronome demonstrativo e foi empregado como elemento catafórico, fazendo referência ao número de votos mencionado anteriormente.
- a) Apenas I está correta.
b) Apenas II está correta.
c) Apenas II e III estão corretas.
d) Todas estão corretas.

4. Os trechos abaixo pertencem ao texto em estudo, mas foram omitidos. Preencha as lacunas, em seguida assinale a alternativa com sequência correta.

“...Agora bote choferes, garçons,1 _____ turma do clube de xadrez e 2 _____ colônia pernambucana como é que é!”
“...o telefone não para de tocar, todo mundo pedindo cédula, cédula, até sujeitos que eu não vejo3 _____ mais de dez anos.”

- a) 1-à / 2-à / 3-há
b) 1-a / 2-a / 3-há
c) 1-à / 2-a / 3-a
d) 1-a / 2-a / 3-a
5. Após a leitura do texto, assinale a alternativa correta.
- a) Para o autor, voto secreto, no fundo, ensina a mentir.
b) Para o autor a eleição ensina a mentir, pois a eleição nunca é uma grande farsa na República.
c) Para o autor, o amigo candidato era muito decente para a eleição de farsa na República.
d) Para o autor, foi melhor que o amigo não fosse eleito, pois muitos outros terão menos votos.

Informática Básica

6. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no sistema operacional Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa correta.
- a) O Excel é um editor de textos.
b) O Word é um editor de planilhas.
c) O PowerPoint é um editor de fotos.
d) O Outlook é um gerenciador de e-mail.
7. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no sistema operacional Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que apresenta a tecla de atalho para adicionar sublinhado a um texto selecionado, sem utilizar o mouse. (O sinal de + representa que as teclas devem ser pressionadas em sequência, portanto não fazem parte do comando)

- a) CTRL + S
b) CTRL + V
c) CTRL + E
d) CTRL + I

8. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no sistema operacional Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta a seguir, quando se deseja enviar um e-mail utilizando o Outlook.

- a) Em Email, na guia NOVO, no grupo EMAIL, clicar em DIGITAR NOVO EMAIL. Digitar o assunto e texto desejado e clicar em ENVIAR.
b) Em Email, na guia EMAIL, no grupo DIGITAR NOVO, clicar em NOVO EMAIL. Digitar o assunto e texto desejado e clicar em OK.
c) Em Email, na guia PÁGINA INICIAL, no grupo NOVO, clicar em NOVO EMAIL. Digitar o assunto e texto desejado e clicar em ENVIAR.
d) Em Email, na guia INSERIR, no grupo NOVO EMAIL, clicar em ENVIAR NOVO EMAIL. Digitar o assunto e texto desejado e clicar em OK.

9. Utilizando o navegador Google Chrome, versão 63.0.3239.132 (Versão oficial) 64 bits, como favoritar uma página de website?

- a) Basta pressionar as teclas CTRL + F.
b) Basta clicar no ícone em formato de estrela no canto superior direito da tela.
c) Basta clicar em CONFIGURAÇÕES, em seguida, FAVORITAR PÁGINA.
d) Basta clicar no ícone em formato de casa no canto superior esquerdo da tela.

10. Utilizando o Pacote Office 2010, instalado no sistema operacional Windows 10, instalação padrão, português do Brasil, um funcionário da prefeitura de Tamarana-PR decidiu salvar uma imagem no computador, no entanto, ao tentar abrir essa mesma imagem de outra máquina, o computador informava que aquele formato de imagem não era compatível com aquela máquina. Então, o funcionário precisou alterar o formato da imagem de .png para outro formato e assim, tentar abrir a imagem novamente. Assinale a alternativa que apresenta uma opção de formato de imagem que o funcionário possa ter escolhido para abrir a imagem.

- a) .mp3
b) .pdf
c) .docx
d) .jpg



Conhecimentos Gerais

11. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Tamarana-PR, Título V – Da administração pública, Capítulo II – Dos servidores públicos municipais, art. 145, são direitos dos servidores públicos municipais, exceto:

- a) vencimento ou provento não inferiores ao salário mínimo.
- b) décimo terceiro vencimento com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- c) repouso semanal remunerado.
- d) licença maternidade e paternidade, com duração de cento e vinte e cinco dias.

12. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Tamarana-PR, Título III – Da administração tributária, financeira e orçamentária, Capítulo I – Dos tributos, art. 65, não é vedado ao município:

- a) exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça.
- b) cobrar tributos.
- c) instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.
- d) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.

13. Qual a data de emancipação do Município de Tamarana-PR?

- a) 13 de fevereiro de 1905.
- b) 13 de dezembro de 1995.
- c) 13 de agosto de 1985.
- d) 13 de julho de 1965.

14. O rio Paraná é o segundo maior em extensão na América do Sul, nasce entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e corre pelo território de quais países?

- a) Brasil / Argentina / Paraguai.
- b) Brasil / Paraguai / Uruguai.
- c) Brasil / Argentina / Uruguai.
- d) Brasil / Peru / Chile.

15. Cearense, de Fortaleza, entrou para a carreira militar e em 1962 foi elevado à classe de general do exército brasileiro. Nos anos de 1963 e 1964 exerceu o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército e foi um dos que contribuíram para instituir o golpe militar de 64. Durante o seu governo, o Brasil interrompeu a relação diplomática com Cuba, contando então com amparo econômico, político e militar dos Estados Unidos. O enunciado se refere a

- a) Castelo Branco.
- b) Costa e Silva.
- c) Jânio Quadros.
- d) Leonel Brizola.

Conhecimentos Específicos

16. Assinale a alternativa correta, de acordo com a redação do novo Código de Processo Civil.

- a) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, desde que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, mesmo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

c) Não é admissível a ação meramente declaratória quando tenha ocorrido a violação do direito.

d) Não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

17. Assinale a alternativa em que ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação.

a) Que verse sobre direito real imobiliário, ainda quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

b) Resultante de fato que diga respeito a um dos cônjuges ou de ato praticado por algum deles.

c) Fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família.

d) Que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre bem móvel ou imóvel de um ou de ambos os cônjuges.

18. Com relação a intervenção de terceiros, conforme previsto na Lei Federal nº 13.105, assinale a alternativa incorreta.

a) Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá em nenhuma hipótese, em processo posterior, discutir a justiça da decisão.

b) Com relação a denunciação a lide, admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.

c) No chamamento ao processo, a sentença de procedência valerá como título executivo em favor do réu que satisfizer a dívida, a fim de que possa exigi-la por inteiro do devedor principal ou de cada um dos codevedores, a sua quota, na proporção que lhes tocar.

d) A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

19. De acordo com a legislação Processual Civil, assinale a alternativa incorreta.

a) Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, as empresas públicas e privadas são obrigadas a manter cadastro nos sistemas de processo em autos eletrônicos, para efeito de recebimento de citações e intimações, as quais serão efetuadas preferencialmente por esse meio.

b) Para a concessão da tutela de urgência o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

c) As questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes não poderão ser arguidas pelo executado nos próprios autos, devendo ser promovido o procedimento próprio.

d) A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.



<p>20. De acordo com o Código Tributário Nacional, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará os instrumentos abaixo. Assinale a alternativa que apresenta em qual ordem tais instrumentos deverão ser utilizados.</p> <p>I. Equidade. II. Princípios gerais de direito tributário. III. Analogia. IV. Princípios gerais de direito público.</p> <p>a) I, II, III e IV. b) II, IV, I e III. c) III, II, IV e I. d) Inexiste ordem específica para aplicação de tais instrumentos.</p> <p>21. No que se refere à legislação tributária, assinale a alternativa correta.</p> <p>a) Fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que configure obrigação tributária. b) A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos. c) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei complementar. d) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.</p> <p>22. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, exceto:</p> <p>a) os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes. b) os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razão do seu ofício. c) os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas. d) o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.</p> <p>23. No que se refere ao crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.</p> <p>a) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente. b) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo à situação econômica do sujeito passivo. c) É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.</p>	<p>d) Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado na repartição competente do domicílio do sujeito passivo.</p> <p>24. Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.</p> <p>a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, o direito de propriedade e a assistência aos desamparados. b) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, mesmo que não houver dano. c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados. d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.</p> <p>25. Compete aos Municípios, exceto:</p> <p>a) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental. b) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. c) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual. d) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.</p> <p>26. Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa correta.</p> <p>a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros. b) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar. c) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria simples dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional. d) é permitida a edição de medidas provisórias sobre a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.</p>
---	--



<p>27. No que se refere aos Servidores públicos, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.</p> <p>a) O servidor público estável perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.</p> <p>b) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o regime previdenciário dos militares.</p> <p>c) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.</p> <p>d) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.</p>	<p>Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.</p>
<p>28. Assinale a alternativa que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições.</p> <p>a) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.</p> <p>b) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.</p> <p>c) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.</p> <p>d) Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie</p>	<p>30. Quanto aos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta.</p> <p>a) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.</p> <p>b) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.</p> <p>c) O militar alistável é elegível, se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.</p> <p>d) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.</p>
<p>29. Dentre as situações a seguir elencadas, assinale a alternativa que não representa uma das possibilidades de dispensa de licitação nos termos do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.</p> <p>a) Nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.</p> <p>b) Na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.</p> <p>c) Na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.</p> <p>d) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo</p>	



INSTRUÇÕES PARA A PRÁTICA PROCESSUAL

Conforme Edital de Abertura:

8.1 Haverá Prova Prática Processual para todos os candidatos inscritos.

8.1.1 Somente será corrigida a Prova Prática Processual dos candidatos que atingirem 50,00 (cinquenta) pontos ou mais na Prova Objetiva.

8.2 A correção da Prova Prática Processual será realizada por Banca Examinadora, terá pontuação máxima de 50,00 (cinquenta) pontos, sendo que o candidato deve atingir no mínimo 25,00 (vinte e cinco) pontos para ser considerado Aprovado.

8.3 A Prova Prática Processual, cujo objeto será o conteúdo constante no Anexo I - Conteúdo Programático, em Conhecimentos Específicos, consistirá na elaboração de 01 (uma) peça processual ou 01 (um) parecer jurídico.

8.4 Serão avaliados os itens conforme **Quadro a seguir**:

Tabela 04

PROVA PRÁTICA PROCESSUAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	20,00
2	Sistematização lógica	10,00
3	Nível de persuasão	10,00
4	Adequada utilização do vernáculo	10,00

8.5 A Prova Prática Processual deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que solicitou e teve deferido o pedido de atendimento especial para a realização das provas.

8.5.1 Nenhuma das folhas de texto definitivas da Prova Prática Processual poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.

8.5.2 Quando da realização da Prova Prática Processual, caso a peça processual ou o parecer exija assinatura, o candidato deverá utilizar apenas o termo "Procurador". Ao texto que contenha outra assinatura será atribuída nota 0 (zero) por tratar-se de identificação do candidato em local indevido.

8.5.3 A VERSÃO DEFINITIVA será o único documento válido para a avaliação da Prova Prática Processual. O rascunho, no caderno da Prova Prática Processual, será de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação da Prova Prática Processual.

8.5.4 O candidato disporá de, no máximo, 200 (duzentas) linhas para elaborar a peça processual ou o parecer. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida para elaboração.

8.5.5 A omissão de dados legalmente exigidos ou necessários para a correta solução da questão acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato nesta fase.

8.5.6 O material de uso permitido na Prova Prática Processual será fornecido pelo Instituto UniFil, exceto os permitidos no item 8.6.

8.6 Durante a realização da Prova Prática Processual será permitido o uso de diplomas normativos (Códigos) tipo VADE MECUM, desde que desacompanhados de anotações, comentários, exposição de motivos, transcrições e orientações jurisprudenciais, súmulas ou resoluções dos tribunais, devendo os candidatos trazerem os textos de consulta com as partes não permitidas já isoladas por grampo ou fita adesiva, de modo a impedir sua utilização, sob pena de não poder consultá-los. Os Códigos que serão utilizados pelos candidatos serão verificados pelos fiscais antes da realização da prova.

8.7 O candidato terá sua Prova Prática Processual avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
- redigir seu texto a lápis ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- não apresentar a peça processual ou o parecer redigido na VERSÃO DEFINITIVA ou entregá-la em branco;
- apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinal(is), desenho(s) ou código(s))

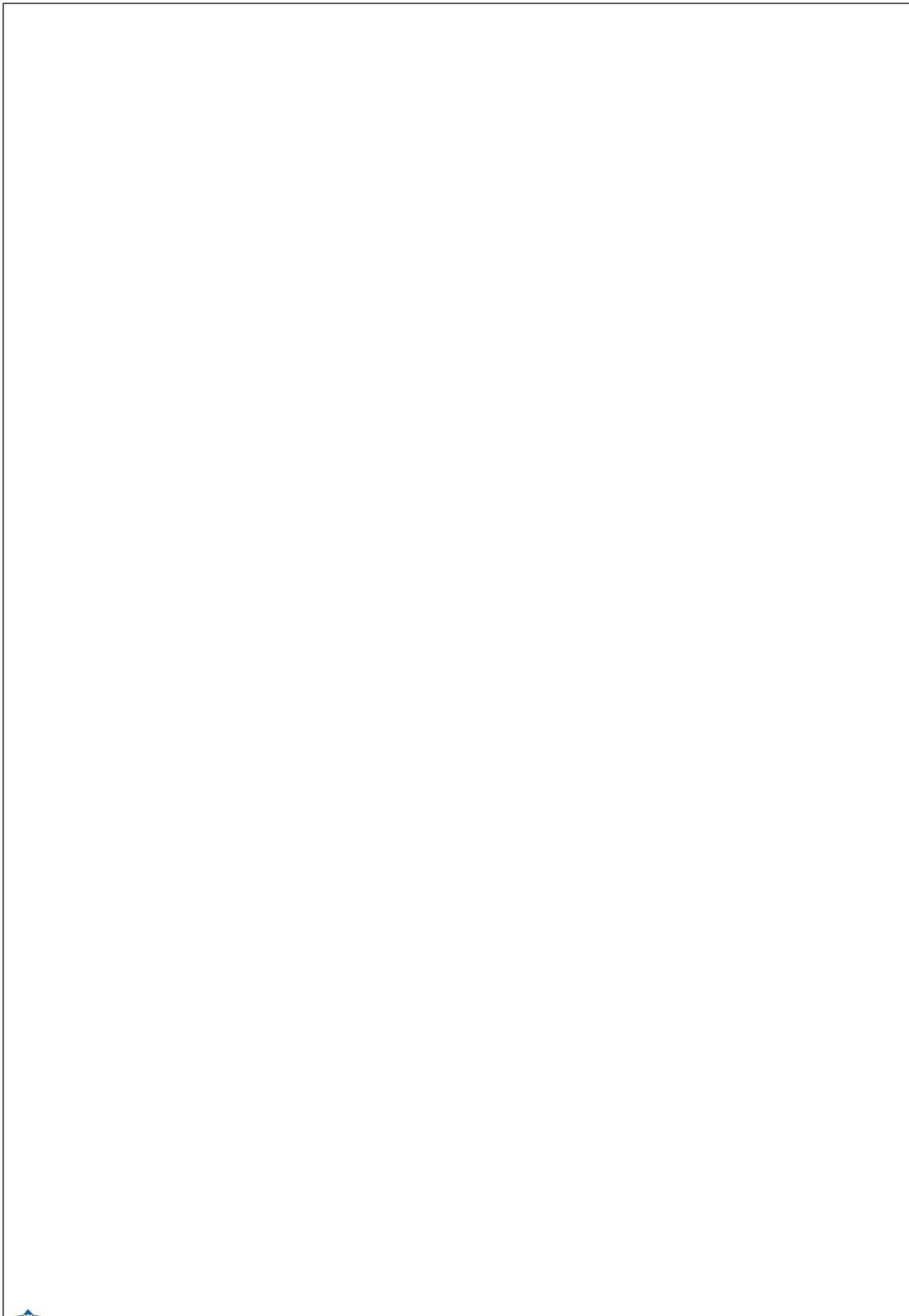
CASO PRÁTICO

Em dezembro de 2017, o Sr. X propôs, no Juizado da Fazenda Pública, ação de indenização em face do Município de Tamarana/PR. Alega o autor em sua petição inicial que em 30 de maio de 2010 seu pai, Sr. Y, veio a óbito em decorrência do atropelamento causado por veículo oficial do Município, conduzido por servidor público de carreira no exercício de suas atribuições. Requereu, ao final, a condenação da municipalidade em danos materiais, correspondente às despesas com funeral e pensão para a esposa do de cujus e seus dois outros filhos menores, além de danos morais, atribuindo à causa o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Após o acidente, realizados exames periciais no local e ouvidas testemunhas, o inquérito policial concluiu que o condutor do veículo não cometeu qualquer infração de trânsito, sendo que a vítima literalmente se atirou na frente do veículo. Ainda no contexto das investigações conduzidas pela autoridade policial, ouvidos alguns familiares, constatou-se que o de cujus sofria de depressão profunda e já havia atentado contra a própria vida em outras duas oportunidades. O Município de Tamarana/PR foi regularmente citado e o Juiz da causa dispensou o ato previsto no Art. 334 do Código de Processo Civil.

Na condição de Procurador Jurídico do Município, elabore a peça processual cabível, explicitando os argumentos que favoreçam a defesa dos interesses da municipalidade.





JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TAMARANA
EXPEDIENTE

LEI nº 412 DE 06 SETEMBRO DE 2006 - Distribuição gratuita
PREFEITO MUNICIPAL: Roberto Dias Siena
Secretária de Fazenda: Bruna Silva Miranda
Jornalista responsável: Lucas Marcondes Araújo (MTB 10343/PR)
Redação e administração: Rua Izaltino José Silvestre, 643 - Centro
CEP: 86125-000. Tamarana - PR. Telefone: (43) 3398-1946
Site: www.tamarana.pr.gov.br
E-mail: comunicacao@tamarana.pr.gov.br